



FNP FRETE
NACIONAL
DE PREFEITOS

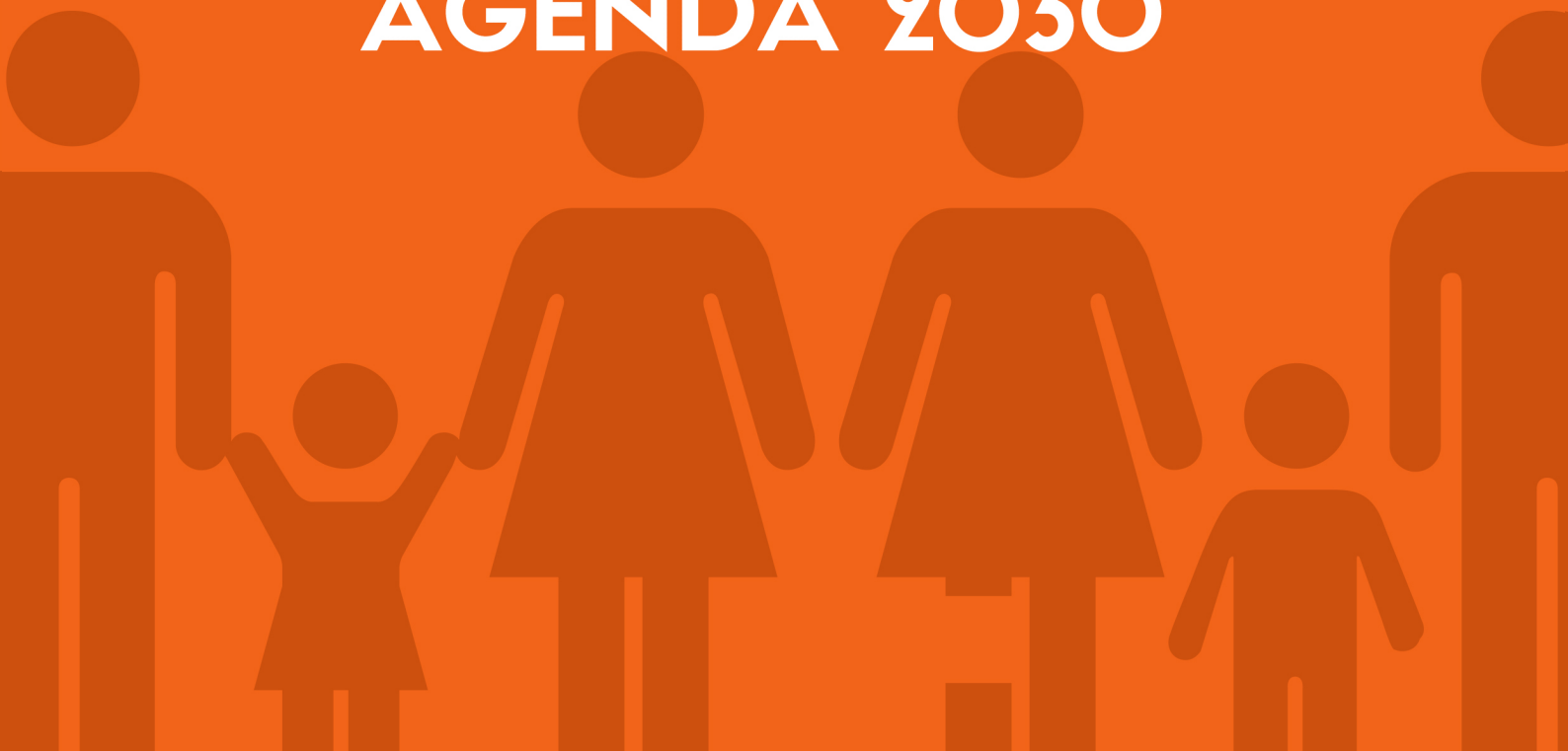


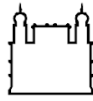
Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

DESAFIOS DO G100

PARA
ADOÇÃO DA
AGENDA 2030





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Desafios do g100 para a implementação da Agenda 2030

Abril de 2022

Fundação Oswaldo Cruz

Nísia Trindade Lima - Presidente

Agenda 2030: Secretaria Executiva

Paulo Gadelha – Coordenador

Guilherme Franco Netto - Secretário Executivo

Iracy Gallo

Vinicius Ameixa

Gabriela Lobato

Patrícia Campos

Equipe de pesquisa

Rômulo Paes de Sousa – Coordenador acadêmico

Márcia Muchagata

Luísa da Matta Machado Fernandes

Wanessa Debôrtoli de Miranda

Zorilda Gomes de Araújo

Fausto Pereira dos Santos

A presente consultoria foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas de Saúde e Proteção Social- Fiocruz, para a Frente Nacional de Prefeitos, no âmbito do projeto Fortalecimento da Rede “Estratégia ODS” - CSO- LA/ 2001/400-990, financiado com recursos da União Europeia.

O relatório não reflete necessariamente as ideias e opiniões da União Europeia

Resumo

O g100 da Frente Nacional de Prefeitos reúne um grupo de 112 municípios populosos, com mais de 80 mil habitantes, que têm como características baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. Por solicitação da FNP, o Grupo de Pesquisa em Saúde e Proteção Social da Fiocruz conduziu uma pesquisa buscando identificar os desafios do g100 para a implementação da Agenda 2030. Os objetivos do trabalho foram: identificar a capacidade instalada nos municípios para a governança da Agenda 2030; levantar as principais ações em desenvolvimento nos municípios que se relacionam com a Agenda 2030; e avaliar barreiras e facilitadores para a incorporação da Agenda 2030 na gestão municipal. Para tanto foi elaborado no software Survey Monkey, um questionário autoaplicável, com 44 questões, sendo que, devido à lógica de ramificação, cada respondente seguiu um caminho próprio, não tendo que responder a todas as perguntas. O questionário foi enviado para todas as prefeituras do g100 por e-mail e links por WhastApp entre novembro de 2021 e março de 2022 e 31 prefeituras participaram, sendo que sete não pertencem ao g100.

Com relação às estruturas existentes para planejamento, verificou-se que maior parte realiza o monitoramento do PPA, esse monitoramento é feito predominantemente pela secretaria de planejamento, e apenas metade das prefeituras têm sistema informatizado para acompanhar o PPA. A frequência de monitoramento é muito variável, predominando o monitoramento anual. Por outro lado, as ações de planejamento para além do PPA ainda são incipientes.

Quinze prefeituras afirmaram desenvolver ações relacionadas à Agenda 2030. Os principais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável trabalhados foram os ODS 3 (saúde), ODS2 (erradicar a fome), ODS 4 (educação) e ODS 11 (cidades sustentáveis). Os menos citados foram os ODS 14 (vida na água) e ODS 15 (vida terrestre). Esses respondentes concordam que o interesse de prefeitos/prefeitas é um dos fatores chaves para adoção da Agenda 2030 no município e reafirmam ainda a relevância desse interesse político indicando como segundo facilitador o interesse de secretários/as municipais. As principais dificuldades encontradas na implementação da Agenda são a baixa visibilidade da agenda para a população; conhecimento insuficiente por parte dos gestores; compreensão do tema pelos servidores e dificuldade do trabalho intersetorial. Os municípios que não têm atividades na Agenda 2030 citaram como os principais motivos para não adoção da agenda a falta de recursos e o conhecimento insuficiente dos gestores. Não foram identificadas correlações na adoção da Agenda relacionadas ao partido dos dirigentes ou ranking no g100. No entanto, verificou-se que em sete das oito prefeituras do g100 que são governadas por mulheres estão desenvolvendo a Agenda 2030 e em todas elas há ações relacionadas ao ODS 5 (igualdade de gênero) enquanto esse ODS é trabalhado em apenas uma das prefeituras governadas por homens.

As principais recomendações decorrentes dos achados da pesquisa são de necessidade de investimento massivo em sensibilização e capacitação, principalmente de dirigentes. Essa capacitação deve conter conceitos práticos de aplicabilidade para a realidade dos

municípios, e permitir que a adoção do monitoramento da Agenda 2030 seja integrado com as ações de monitoramento do PPA. Recomenda-se que os municípios selecionem metas e indicadores prioritários, de acordo com suas características e necessidade da população. Aos que ainda não desenvolvem ações ou as desenvolvem sem articulação com um processo de monitoramento, iniciar com os indicadores relacionados à saúde pode ser uma opção interessante, dada a maior disseminação do ODS 3 entre os trabalhadores pelos municípios e a tradição estatística do acompanhamento deste tema no Brasil, entre outros fatores. Os municípios, poderiam, com apoio da FNP, desenhar um *roadmap*, considerando o escopo e o contexto das intervenções, a consulta aos atores envolvidos e as alternativas disponíveis.

Índice

Apresentação	7
1.2 Implementação da Agenda 2030 nos municípios brasileiros	10
1.3 O g100 da Frente Nacional de Prefeitos	13
2. Desenvolvimento	14
4. Resultados	16
4.1 Caracterização dos municípios que participaram da pesquisa	16
4.2 Instrumentos de gestão adotados pelo município	20
4.3 Conhecimento sobre a Agenda 2030	22
4.4 Inserção da Agenda 2030 nos municípios	24
4.4.1. Municípios que não desenvolvem ações da Agenda 2030	26
4.5. Barreiras e Facilitadores da implementação da Agenda 2030	27
5. Governança da Agenda 2030	29
6. Considerações e recomendações	32
7. Referências	37
Anexos	39
Anexo 1 - Lista de municípios integrantes do g100	39
Anexo 2 - E-mail convite para o questionário	42
Anexo 3 - Questionário semi-estruturado -	42
Anexo 4 - Descrição das ações municipais relacionadas à Agenda 2030	48

Lista de Quadros

Quadro 1: Iniciativas para o fortalecimento da implementação da Agenda 2030 no Brasil.	12
Quadro 2: Informações sobre os municípios do g100 que participaram da pesquisa	17
Quadro 3: Partidos dos prefeitos e prefeitas dos municípios que participaram da pesquisa	20
Quadro 4: Sexo dos governantes dos municípios que participaram da pesquisa	21
Quadro 5: Instituições ofertantes de capacitação com tema relacionado à Agenda 2030	24
Quadro 6: Fortalezas e Fragilidades na implementação da Agenda 2030 pelos municípios pesquisados	25

Lista de Figuras

Figura 1: Caracterização dos municípios quanto ao porte e situação	19
Figura 2: Frequência do monitoramento do PPA	22
Figura 3: Frequência com que cada ODS é citado como tema relacionado às ações municipais	25
Figura 4: Os 5 Ps do Desenvolvimento Sustentável	26
Figura 5: Razões para não adoção da Agenda 2030	27
Figura 6: Facilitadores da adoção da Agenda 2030	29
Figura 7: Mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS nos municípios.	31

1. Apresentação

Ratificada em setembro de 2015 pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas, a Agenda 2030 é um plano de ação global para a erradicação da pobreza e promoção de uma vida digna para todos, “sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 2015). Resultado da união entre a pauta de sustentabilidade global iniciada com a ‘Agenda 21’ e a experiência adquirida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 se organiza em torno de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estabelecem 169 metas para serem alcançadas até 2030, com o intuito de ser um guia para as ações de indivíduos, estados e demais instituições rumo a um 2030 sustentável (ONU, 2015; ONU, 2015b).

A Agenda 2030 é um marco histórico internacional na medida em que congrega esforços entre Estados e outras instituições - como organizações internacionais, a sociedade civil, a academia e o setor privado - em torno de um mesmo plano de ação, no qual se espera a construção de vias de cooperação entre todas estas partes (CHASEK et al., 2016).

A concepção dos ODS e suas metas aparece integrada à definição da integração e indivisibilidade da Agenda como um todo, significando uma mudança importante de perspectiva na qual os ODS não devem ser pensados e implementados separadamente, mas sim como partes interligadas que buscam o equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental, que compõem os pilares do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, os ODS são guiados por cinco áreas de importância global, sendo elas as áreas de Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria (ONU, 2015).

A promoção dos ODS como ferramentas práticas para o desenho de políticas e ações por agentes públicos e privados prevê a necessidade da internalização por cada país, ou seja, a adaptação de metas e indicadores globais dos ODS à realidade de cada nação (RODRIGUES, 2017). Concomitantemente ao processo de internalização, o processo de interiorização, quando a Agenda chega aos territórios, sejam estes estados ou municípios, é um desafio ainda maior para os gestores, colocando a necessidade de

inserção da Agenda em uma proposta intersetorial e interescalar (do global ao local) (GALLO, SETTI, 2014).

O protagonismo dos entes subnacionais para abraçar a Agenda 2030 e alcançar as metas estabelecidas para 2030 é de grande relevância no cenário nacional, uma vez que boa parte dos investimentos para alcançar os ODS ocorrem no nível subnacional e são conduzidos pelas autoridades locais.

Galvão (2021) analisou os Planos Plurianuais do governo federal e de todos os estados brasileiros. A autora identificou que a maior parte dos governos subnacionais direcionou suas agendas em conformidade com a Agenda 2030, tendo em destaque o desenvolvimento sustentável. Apenas os estados do Acre, da Bahia, do Espírito Santo, do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, de Rondônia, de Roraima e de Santa Catarina não realizam menção direta aos ODS, apesar de, em sua maioria, assumirem o compromisso com o desenvolvimento sustentável e metas de execução dos governos para o meio ambiente equilibrado. No entanto, entre a menção aos ODS e o acompanhamento dos progressos dos seus indicadores há uma grande diferença, uma vez que o primeiro e até agora único Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável data de 2017 (Brasil, 2017)

Em um quadro onde o governo federal tem relegado a Agenda 2030 a um segundo plano, o papel dos entes subnacionais ganha importância para o alcance dos ODS, ainda mais que todas as agências da ONU e inúmeros organismos internacionais têm essa agenda como prioridade e podem apoiar esses entes federados. Nesse contexto, a Frente Nacional de Prefeitos desenvolve, desde 2018, em parceria com a Fundação Abrinq, o projeto "Fortalecimento da Rede Estratégia ODS", que conta com financiamento da União Europeia e que tem como objetivo efetivar a implantação dos ODS nas cidades. Por outro lado, a União Europeia também apoiou a realização dos primeiros estudos referentes ao g100. A FNP participou de um evento onde o Grupo de Pesquisa em Políticas de Saúde e Proteção Social da Fiocruz Minas apresentou os trabalhos de compatibilização de indicadores da Agenda 2030 com o Plano Plurianual do estado do Ceará e desde então Fiocruz e FNP deram início a uma parceria em torno da Agenda 2030, sendo a primeira iniciativa a realização desta pesquisa, que busca compreender os "Desafios do g100 para a implementação da Agenda 2030"

O projeto tem dois grandes objetivos, 1) sensibilizar gestores e técnicos municipais do g100 para o monitoramento dos ODS e para integração da Agenda 2030 em planos e programas de governo, a partir dos eixos Saúde e Pobreza; 2) produzir um diagnóstico dos obstáculos à adoção da Agenda 2030 por parte dos municípios do g100, com destaque para a área de combate à pobreza e saúde, propondo recomendações de ações que apoiem a superação desses obstáculos. Além da pesquisa o projeto inclui a realização webinars para sensibilização das prefeituras do g100 a temas relacionadas à Agenda 2030

1.1 Internalização e interiorização da Agenda 2030

A Agenda 2030 pode ser vista como uma rede interconectada de objetivos e metas. Os ODS e as metas para cada um deles são integrados e indivisíveis, de naturezas global e universalmente aplicáveis, considerando diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são consideradas ambiciosas e cada governo estabelece suas próprias prioridades nacionais, levando em consideração o seu contexto. Cada governo também decidirá como essas metas devem ser incorporadas aos processos, políticas e estratégias de planejamento nacional.

Os ODS mesclam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A Agenda enfatiza que todos os indivíduos devem se beneficiar coletivamente dos frutos do desenvolvimento e que “ninguém deve ser deixado para trás” (LE BLANC, 2015). Para sua concretização, o plano prevê a atuação coordenada de governos, empresas e entidades diversas da sociedade civil e academia em um espírito de ‘parceria global’. Nesse contexto, os formuladores de políticas enfrentam o desafio de apropriar a agenda global pelo país. Esse processo, conhecido como internalização, é considerado estratégico tendo em vista a necessidade de adaptação de metas e indicadores globais dos ODS à realidade brasileira, com destaque para aqueles que tenham o potencial de mensurar a equidade (RODRIGUES, 2017).

Concomitantemente ao processo de internalização, o processo de interiorização, quando a Agenda chega aos territórios, sejam estes estados ou municípios, é um desafio

ainda maior para os gestores, colocando a necessidade de inserção da Agenda em uma proposta intersetorial e interescalar (do global ao local) (GALLO, SETTI, 2014).

Os objetivos e metas apresentadas pela Agenda 2030 devem ser alcançados em âmbito global, nacional e subnacional, e o processo de governança deve considerar os contextos subnacionais na realização da Agenda, desde o estabelecimento de objetivos e metas até a determinação dos meios de implementação, assim como o uso de indicadores para medir e acompanhar o progresso. Dessa forma, sua continuidade exigirá clara prioridade dos governos na esfera federal e subnacional para superação do desafio de implementar políticas e programas transversais e intersetoriais. Os poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como o setor produtivo, a academia e as organizações da sociedade civil deverão priorizar a construção de soluções, inclusive prevendo parcerias multissetoriais para temas como a melhoria das condições sociais, de saúde e econômicas das populações mais vulneráveis (GALVÃO, 2021).

É nesse contexto que se faz necessário o desenvolvimento de estratégias que apoiem os tomadores de decisão no nível local a incorporar os ODS nos instrumentos de gestão, desde o planejamento até avaliação e monitoramento.

A implementação da Agenda 2030 é particularmente desafiadora, requerendo por parte da FNP a definição de estratégias para apoiar estes municípios considerando suas especificidades e avaliando quais são os possíveis obstáculos e as oportunidades envolvidas.

1.2 Implementação da Agenda 2030 nos municípios brasileiros

Com o objetivo de apoiar municípios brasileiros no processo de adesão e incorporação da Agenda 2030 ao planejamento local, o Governo Federal brasileiro e outras instituições, tais como a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP), vêm editando uma série de publicações sobre a temática.

Dentre as iniciativas do Governo Federal, destaca-se a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), criada em 2016, enquanto espaço para articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil, para disseminação e implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.

Durante sua atuação, que se encerrou em 2019, a comissão elaborou um Plano de Ação (CNODS, 2018a) e um Relatório de Atividades (CNODS, 2018b).

Para o fortalecimento da territorialização dos ODS, a CNODS assumiu como necessário estimular quatro ações: i) estimular a criação de Comissões Estaduais e Municipais paritárias para a implementação dos ODS, ii) disseminar metodologias para integração e articulação dos ODS com as políticas públicas e orçamentos nos níveis de governos subnacionais, iii) premiar, reconhecer e dar visibilidade às boas práticas que contribuem para alcance dos ODS e iv) sistematizar e divulgar boas práticas em ODS (CNODS, 2018b). No entanto, a CNODS foi extinta em 2019 e esse trabalho de estímulo aos entes subnacionais deixou de ser realizado pelo governo federal, excetuando-se pela ação isolada de alguns órgãos.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) também elaborou documentos visando orientar os entes subnacionais nesse processo de implementação da Agenda 2030. No “Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros” (CNM, 2017) foram sistematizados sete passos visando orientar os municípios sobre como incorporar a Agenda 2030 em geral e cada um dos 17 ODS à gestão municipal:

PASSO 1: Sensibilizar e defender a ideia

PASSO 2: Levantar a situação atual em relação aos ODS

PASSO 3: Identificar as reais necessidades e definir prioridades

PASSO 4: Preparar os instrumentos de planejamento e gestão orçamentária

PASSO 6: Construir mecanismos de governança

PASSO 5: Estabelecer estratégias de Implementação e firmar parcerias

PASSO 7: Monitorar e avaliar - rever estratégias e registrar o legado

É possível identificar outras iniciativas que têm por objetivo sensibilizar e fornecer subsídios a tomadores de decisão e comunidade para a implementação dos ODS. Essas iniciativas apresentam de formas diversas (mapas interativos, painéis, infográficos, sinaleiras) indicadores importantes para o monitoramento dessa implementação no

nível local, além de cursos e publicações importantes sobre a temática. Algumas delas podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 1: Iniciativas para o fortalecimento da implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Iniciativa	Website	Descrição
Rede Estratégia ODS	https://www.estrategiaods.org.br/	A Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.
Rede ODS Brasil	https://www.redeodsbrasil.org/blog	Idealizado pelo Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) /PB, a Prefeitura de Barcarena / PA e o Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (SINTEC/ES). Desde 2015 realizado diversas ações, dentre elas cursos e disponibilização de material bibliográfico e informativo, visando contribuir com a efetiva implementação e acompanhamento de progresso das Agendas de Desenvolvimento da ONU no Brasil.
Programa Cidades Sustentáveis (Plataforma)	https://www.cidadessustentaveis.org.br	Iniciativa nacional da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que busca contribuir para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e nos governos locais, por meio de ações como apoio ao monitoramento a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades no Brasil,
IPS-RIO Índice de progresso social	http://ipsrio.com.br/	Desenvolvidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, junto com a Fundação Avina e a Social Progress Imperative, é o Índice de Progresso Social (IPS). O Índice apresenta grande potencial de articulação com os indicadores dos ODS e busca complexificar a abordagem sobre condições de vida e desigualdades analisando diretamente dados sociais e ambientais de resultado, e não somente de desempenho, como os indicadores
Mapa da desigualdade - Casa Fluminense	https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/	Idealizado pela Casa Fluminense, trabalha para agregar, analisar e disseminar dados públicos e indicadores sobre as realidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possibilitando informação facilmente acessível aos moradores da região.
Observatório das Metrôpoles	https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras.

1.3 O g100 da Frente Nacional de Prefeitos

O g100 da Frente Nacional de Prefeitos reúne um grupo de municípios populosos, com mais de 80 mil habitantes, que têm como características baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. A formação deste grupo se deu a partir do diagnóstico que emergiu da realização do Anuário Multi Cidades pela FNP, em 2009. Na ocasião foi identificado que muitos municípios populosos tinham arrecadação e indicadores sociais muito mais baixos que outros municípios de mesmo porte. São municípios que estão em geral nas regiões metropolitanas, com perfil de cidades dormitórios ou então são polos regionais.

Desde 2013 a FNP tem procurado realizar um levantamento bienal dos índices econômicos e sociais dos municípios do g100 e avaliar quais municípios estão neste grupo. A ponderação do índice g100 foi fixada da seguinte forma (FNP, 2020):

- 70% - Média da Receita Corrente per capita dos 3 últimos anos;
- 10% - Proporção das crianças entre 0 e 5 anos matriculadas no ensino infantil;
- 10% - Proporção da população exclusivamente dependente do SUS;
- 10% - Proporção da população abaixo da linha da pobreza

Desta forma, os municípios foram ranqueados, sendo que os que estão no topo do ranking são os municípios com maiores vulnerabilidades. Para ser excluído do grupo é necessário que o município se mantenha fora do g100 por dois levantamentos consecutivos, o que faz com que o número de municípios no grupo seja eventualmente maior que 100. No levantamento de 2020 foram identificados 112 municípios no g100 (a lista consta do Anexo 1)

A implementação da Agenda 2030 é importante para esse grupo, que apresenta déficits em várias áreas. Cidades populosas, com escassez crônica de recursos, demandam de seus administradores objetividade em suas prioridades, boa capacidade de planejamento e gestão, e capacidade de mobilizar formas alternativas de financiamento para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável. Dessa forma,

conhecer os seus desafios é importante para que a FNP possa apoiá-los no processo de adoção da Agenda 2030.

2. Desenvolvimento

Com o propósito de produzir um diagnóstico das potencialidades e, especialmente, dos obstáculos à adoção da Agenda 2030 por parte dos municípios do g100, no campo da proteção social e saúde, foi desenvolvido o questionário semiestruturado apresentado neste trabalho (Anexo II). Sua construção pautou-se nos seguintes objetivos:

- Identificar a capacidade instalada nos municípios para a governança da Agenda 2030.
- Levantar as principais ações em desenvolvimento nos municípios que se relacionam com a Agenda 2030.
- Avaliar barreiras e facilitadores para a incorporação da Agenda 2030 na gestão municipal.

O questionário é autoaplicável e foi elaborado no software Survey Monkey, que permite uma sequência lógica de ramificação, que altera a próxima pergunta à qual respondentes são direcionados com base na resposta dada à pergunta atual. O questionário contou com 44 questões no total, sendo nove abertas e as demais fechadas, com a maioria destas disponibilizando a alternativa “outros-especifique”. Devido à lógica de ramificação, cada respondente seguiu um caminho próprio, não tendo que obrigatoriamente responder a todas as perguntas.

O questionário foi organizado em cinco blocos: 1) identificação do respondente e caracterização do município, 2) informações sobre instrumentos de gestão adotados pelo município, 3) conhecimento sobre a Agenda 2030, 4) temas da Agenda 2030 como parte da narrativa política e 5) Governança na Agenda 2030.

Para sua construção foi realizada revisão da literatura científica, nacional e internacional, e debates entre os pesquisadores envolvidos. Optou-se por evitar perguntas que fizessem com que os respondentes tivessem que interromper a resposta

ao questionário para consulta a outras fontes, evitando perguntas que demandam muitos números como, por exemplo, o PIB per capita do município.

Para validação, o questionário foi submetido a membros do corpo técnico da Frente Nacional de Prefeitos e após sua aprovação foi feito um pré-teste, com envio para dois municípios integrantes do g100 na semana de 22 a 27 de novembro de 2021. A partir do pré-teste, o questionário sofreu pequenos ajustes.

O envio por e-mail se deu por meio de uma lista de contatos fornecida pela FNP. No primeiro envio, em 23 de novembro, de um total de 158 contatos (havia mais de um contato para algumas prefeituras), 59 mensagens foram abertas (36,1%), 86 não o foram (54,4%) e 13 foram devolvidas pelo provedor (8,2%). Nesta rodada, o questionário foi acessado 19 vezes, sendo respondido por 14 prefeituras (13 respostas completas e uma parcial).

Outros envios foram feitos por e-mail e também por meio de links para o questionário enviados por WhatsApp, que foi o coletor com mais respostas (24 no total). Esses envios aconteceram mediante contato prévio da equipe da Fiocruz e/ou da FNP com os respondentes. Alguns desses links foram compartilhados, alcançando respondentes de municípios que não fazem parte do g100.

A coleta de respostas foi encerrada no dia 16 de março de 2022, com 38 respostas totais ou parciais ao questionário. Três foram eliminados por estarem incompletos e não conterem o contato do respondente. Quatro municípios responderam ao questionário mais de uma vez e nesses casos considerou-se para fins de análise a primeira resposta dada. Das 31 respostas consideradas na análise, sete não pertencem a representantes de municípios do g100, mas estas foram contabilizadas para fins de análise neste relatório, com observações específicas para esse grupo, quando pertinente.

3. Resultados

3.1 Caracterização dos municípios que participaram da pesquisa

Municípios de todas as a regiões do país responderam ao questionário, sendo o Rio de Janeiro o estado com maior número de respostas (6). A região Nordeste foi a que mais teve municípios respondentes, com 16 respostas. Do total de 31 municípios, sete não pertencem ao g100. Embora apenas 21,4% dos municípios tenham participado da pesquisa, eles cobrem a diversidade de situações do g100, tanto em termos de distribuição geográfica, tamanho da população e ranking no grupo. A renda per capita média 2017-19 varia de R \$1.086,24 (São Gonçalo-RJ) até R \$2.239,78 (Jequié- BA) (FNP, 2020). Esses dados podem ser visualizados no Quadro 2.

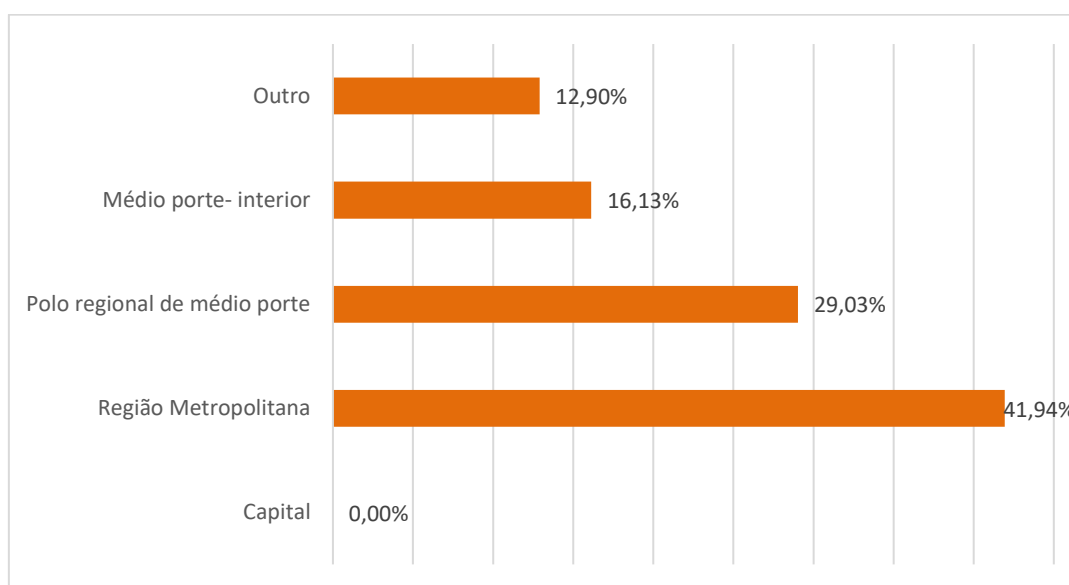
Quadro 2: Informações sobre os municípios do g100 que participaram da pesquisa n=31

Município	Estado	População 2020	População 2019	Receita corrente per capita média 2017-2019	Índice g100	Ranking
São Gonçalo	RJ	1.091.737	1.084.839	1.086,24	0,1644	1º
Águas Lindas de Goiás	GO	217.698	212.440	1.295,23	0,1920	5º
Santana	AP	123.096	121.364	1.336,93	0,1928	6º
São João do Meriti	RJ	472.906	472.406	1.271,52	0,2154	13º
São Cristóvão	SE	91.093	90.072	1.420,76	0,2310	14º
Abaetetuba	PA	159.080	157.698	1.609,25	0,2372	19º
Cruzeiro do Sul	AC	89.072	88.376	1.752,01	0,2735	27º
Santa Inês	MA	89.489	89.044	1.750,87	0,2956	37º
Almirante Tamandaré	PR	120.041	118.623	1.703,92	0,3025	41º
Lagarto	SE	105.221	104.408	1.825,78	0,3083	47º
Pacatuba	CE	84.554	83.432	1.834,76	0,3152	50º
Caruaru	PE	365.278	361.118	1.893,87	0,3328	62º
Francisco Morato	SP	177.633	175.844	1.865,45	0,3357	65º
Igarassu	PE	118.370	117.019	1.974,30	0,3361	67º
Colombo	PR	246.540	243.726	1.719,36	0,3374	69º
Vitória da Conquista	BA	341.128	338.480	1.940,57	0,3396	72º
Vitória de Santo Antão	PE	139.583	138.757	2.054,84	0,3396	73º
Serra Talhada	PE	86.915	86.350	2.053,48	0,3412	75º
Timon	MA	170.222	169.107	2.048,13	0,3499	82º
Feira de Santana	BA	619.609	614.872	1.947,29	0,3546	87º
Piraquara	PR	114.970	113.036	2.037,36	0,3583	89º
Cáceres	MT	94.861	94.376	2.190,12	0,3848	106º
Jequié	BA	156.126	155.966	2.239,78	0,3920	109º

Fonte: FNP 2020

A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios por porte e situação, sendo predominante os municípios que pertencem a regiões metropolitanas, seguidos por polos regionais. Uma vez que uma das características em comum do g100 é a população com mais de 80 mil habitantes, os municípios que se caracterizarem como pequenos são justamente os sete municípios que não pertencem ao g100, que têm entre 17.830 habitantes (Capistrano- CE) e 32.312 habitantes (Itatiaia- RJ). Os municípios respondentes do g100 têm população variando entre 84.554 (Pacatuba-CE) e 1.091.737 (São Gonçalo).

Figura 1: Caracterização dos municípios quanto ao porte e situação n=31



Fonte: Pesquisa Fiocruz-FNP

Os 31 municípios são governados por prefeitos ou prefeitas de 15 partidos diferentes, sendo o MDB o partido com maior número de prefeituras (seis), seguido do PSD com quatro. Esses dados foram fornecidos pela FNP para os municípios do g100 e consulta ao site do TSE para os demais municípios¹.

¹ O município de Itatiaia teve sua eleição de 2020 anulada, com nova eleição ocorrendo em 2022. Foi considerado o partido do prefeito em exercício, presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Quadro 3: Partidos dos prefeitos e prefeitas dos municípios que participaram da pesquisa n=31

Partido	g100	Outros	Total
Avante	1		1
DEM	1	1	2
MDB	6		6
PC do B	1		1
PDT		1	1
Podemos	1		1
PP	3		3
PSB	2		2
PSC		3	3
PSD	2	2	4
PSDB	2		2
PT	1		1
PTB	1		1
Republicanos	2		2
Solidariedade	1		1
Total	24	7	31

Fonte: FNP e TSE

Das 31 prefeituras, 23 são ocupadas por prefeitos e 8 por prefeitas, sendo todas elas de municípios integrantes do g100.

Quadro 4: Sexo dos governantes dos municípios que participaram da pesquisa n=31

Sexo	g100	Outros	Total
Masculino	16	7	23
Feminino	8	0	8
Total	24	7	31

3.2 Instrumentos de gestão adotados pelo município

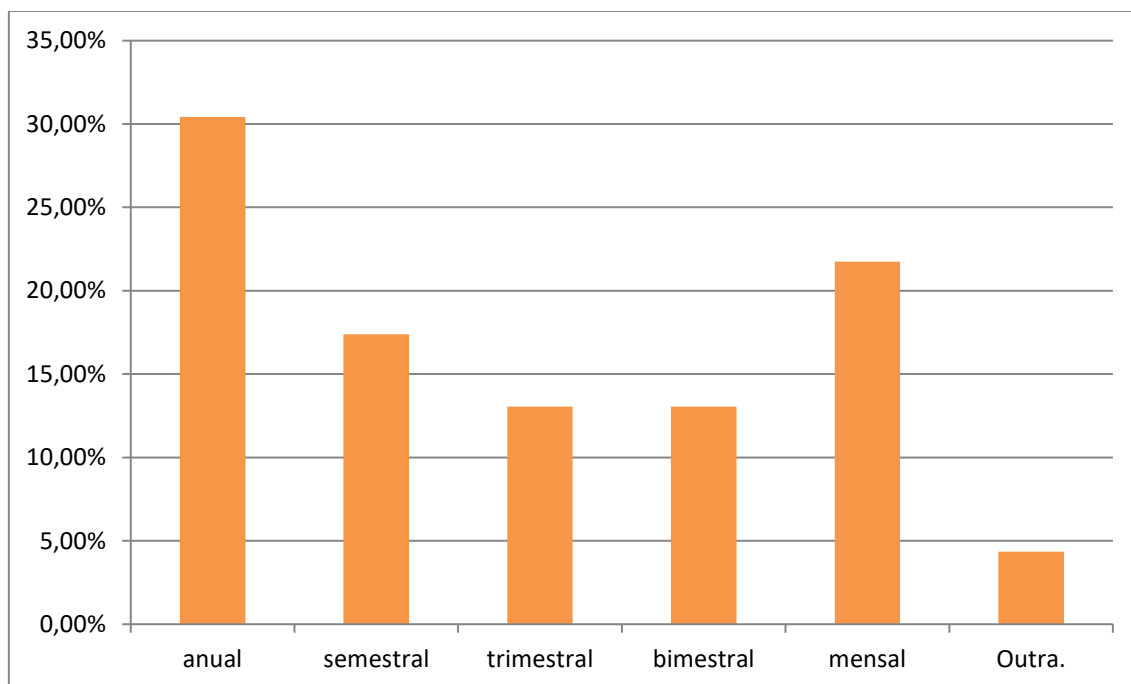
Uma vez que os municípios são, por legislação, obrigados a ter um Plano Plurianual (PPA), que define as ações de governo e a aplicação orçamentária, procurou-se compreender como ocorre o planejamento e quais municípios já têm a estrutura necessária para monitoramento das políticas públicas. O GPSPS entende que caso as ferramentas de planejamento e monitoramento já estejam incorporadas à prática do município, isso pode ser um facilitador ou mesmo uma condição para a implementação da Agenda 2030 no nível subnacional, adotando-se inclusive o monitoramento da evolução dos indicadores ODS como parte do monitoramento do próprio PPA.

No que diz respeito ao processo de elaboração do PPA, 58,1% dos municípios declararam envolver um grande número de atores no seu planejamento, com coordenação por parte do gabinete do/da prefeito/a e/ou da área de planejamento, participação das secretarias e da sociedade civil. Outros municípios têm o processo mais centralizado, com 6,5% dos municípios tendo o PPA coordenado pelo gabinete do/da prefeito/a, 16,1% pela área de planejamento da prefeitura e 19,4% pelo gabinete ou área de planejamento mais as secretarias. O número de prefeituras que contam com consultorias para apoiar ou elaborar o PPA é reduzido, apenas 6,5%.

A maioria das prefeituras realiza o monitoramento do PPA (83,9%), esse monitoramento é feito predominantemente pela secretaria de planejamento (62,5%), seguido pelo gabinete do/da prefeita/o (25%). Outras estruturas que realizam este monitoramento incluem as áreas de controle, o apoio de consultorias e gerências específicas para esse

fim. A frequência com que é realizado esse monitoramento é muito variável, predominando o monitoramento anual (30,5%), seguido pelo monitoramento mensal (21,7%).

Figura 2: Frequência do monitoramento do PPA n=23



Fonte: Pesquisa Fiocruz-FNP

Algumas prefeituras dispõem de outros instrumentos de planejamento e monitoramento. A existência de marcos legais que acompanham o PPA, como as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) foram lembradas, assim como o planejamento estratégico. A realização de planejamentos setoriais ou por secretaria foi citada por cinco prefeituras. Alguns respondentes afirmaram que as prefeituras têm plano de ação e/ou metas, e o município de Vitória de Santo Antão/PE desenvolveu um sistema de demandas que é acompanhado diretamente pelo prefeito. Algumas prefeituras mencionaram planejamentos específicos, como orçamento para a infância ou para a área de saúde; uma mencionou um Plano de Desenvolvimento Institucional definido pelo Tribunal de Contas do Estado e o município de São João do Meriti/RJ citou o Plano Diretor.

Em síntese, as prefeituras que responderam ao levantamento dispõem de uma capacidade mínima para elaboração e acompanhamento dos PPAs, mas pouco mais da metade tem sistemas informatizados para realizar esse monitoramento. Verifica-se por outro lado, que as ações de planejamento para além do PPA ainda são incipientes.

3.3 Conhecimento sobre a Agenda 2030

Com o intuito de compreender o contexto em relação à Agenda 2030 dos próprios respondentes do questionário, questões referentes ao conhecimento individual e a percepção de conhecimento dos servidores municipais para o tema foram elaboradas.

Na perspectiva individual, 27 pessoas responderam quanto a sua percepção de conhecimento, sendo que 40,7% consideraram seu conhecimento suficiente e 22,2% muito bom/bom. Apenas 4 dos respondentes (14,8%) disseram não ter conhecimento sobre a Agenda 2030. Aqui podemos inferir que na maioria dos municípios participantes conseguiu-se identificar pessoas chaves envolvidas com a Agenda 2030, seja por iniciativa individual, local ou federal.

Dezessete respondentes afirmaram ter participado de capacitações, debates ou rodas de conversa relacionadas ao tema previamente à sua participação na pesquisa, e apenas três destes descreveram o processo de capacitação como uma busca por interesse particular, os demais participantes receberam capacitações de diferentes instituições e órgãos governamentais, como apresentado abaixo no Quadro 5. Quando a mesma pergunta é feita em relação à origem da oferta de capacitação para outros servidores, aparece também na lista organismos internacionais e relatos dos próprios respondentes terem ofertado capacitação/espço de debate.

Quadro 5 : Instituições ofertantes de capacitação com tema relacionado à Agenda

2030 n=17

Instituição Ofertante	%
O próprio município	29,4%
Órgão do governo federal	23,5%
Organização não governamental	23,5%
Organismos internacional	17,6%
Órgão do governo estadual	5,9%

Fonte: Pesquisa Fiocruz-FNP

Para além das capacitações, 13 dos respondentes informaram ter participação direta nas ações da Agenda 2030 no município, sendo 69,2% com participação na gestão, 46% na coordenação e 46% nas ações de monitoramento.

Quando questionados em relação ao conhecimento dos demais servidores e trabalhadores do município referente ao tema da Agenda 2030, 51,8% afirmaram que algum tipo de capacitação/formação já foi ofertada, no entanto, a maioria (51,8%) considera que os servidores/trabalhadores ouviram falar do ODS, mas não estão cientes da sua relevância e apenas 14,8% afirmaram que os profissionais conhecem bem os ODS e os utilizam como referência no desenvolvimento de estratégias e ações municipais.

As capacitações são essenciais para que os municípios desenvolvam iniciativas relacionadas à Agenda 2030. Dos 15 municípios que estão implementando esta agenda, em três ainda não houve capacitação para os servidores. Já entre os que não estão implementando a Agenda, em apenas um houve capacitação no tema para membros da equipe da prefeitura. Os resultados encontrados sugerem que apesar de existirem capacitações e/ou espaços de formação e discussão em relação a Agenda 2030, estas precisam ser reforçadas e renovadas enquanto estratégia das ações locais e ou prioridade da gestão. Destaca-se que 84,6% dos respondentes indicaram a necessidade de mais capacitações voltadas aos gestores e servidores municipais como um dos incentivos para maior adesão aos ODS. Assim, os respondentes foram também

questionados de como a Agenda 2030 se insere nas prioridades municipais, contexto político e as estratégias locais, como descrito a seguir.

3.4 Inserção da Agenda 2030 nos municípios

Os resultados apontam que há iniciativas voltadas para à agenda 2030 em 15 (55,6%) dos 27 municípios que responderam à esta seção do questionário. Nenhum município relatou trabalhar com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mas todos os 17 ODS aparecem listados entre os temas das ações de pelo menos um dos municípios, como descrito abaixo, sendo o ODS 3 - Saúde e bem-estar o mais frequente, seguido pelo ODS 11 - cidades saudáveis e sustentáveis e o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura sustentável.

Figura 3: Frequência com que cada ODS é citado como tema relacionado às ações municipais n=15



Fonte: Pesquisa Fiocruz-FNP

Quando se considera os 5 Ps do Desenvolvimento Sustentável (Figura 4) verifica-se uma frequência maior dos primeiros ODSs, relacionados às pessoas, o que reflete uma maior preocupação que o próprio país teve nas últimas duas décadas em priorizar estes temas, com políticas muito consistentes nessas áreas. Estes eram também os temas dos Objetivos do Milênio (ODM), que foram muito disseminados entre as prefeituras no país. O ODS 11, também bastante citado, é o relacionado a cidades sustentáveis, tema totalmente congruente com o papel das prefeituras. Por outro lado, os objetivos relacionados ao planeta foram os menos citados.

Figura 4: Os 5 Ps do Desenvolvimento Sustentável



Reproduzido de ONU Brasil, 2017

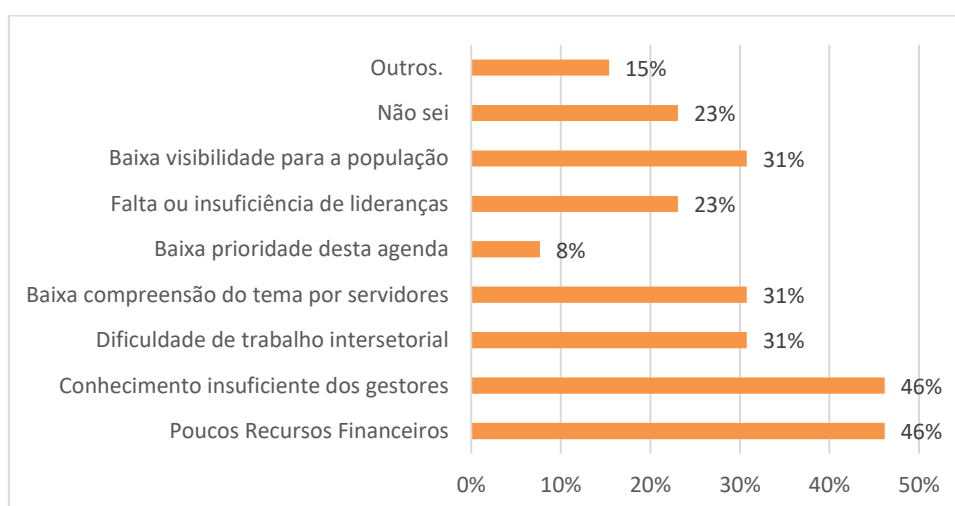
No questionário foi deixada uma pergunta aberta para que os municípios descrevessem brevemente as suas ações relacionadas à Agenda 2030. Alguns municípios relacionam um conjunto de ações, abrangendo vários ODS simultaneamente, com diversas frentes, enquanto outros relataram ações pontuais. Diferentemente do que foi declarado nas respostas sobre quais ODS estavam sendo trabalhados, aqui apareceram com muita frequência temas ambientais, como Projeto Agroflorestais e reflorestamento, arborização urbana, controle a crimes ambientais, coleta seletiva de lixo e temas de educação aparecem junto com educação ambiental. Segurança alimentar é um tema que também aparece com frequência, assim como a mobilidade urbana. Áreas como

educação e saúde surgem mais caracterizados como ações contínuas permanentes do que caracterizadas como projetos. A tabela completa do detalhamento das ações apresentadas pelos municípios que têm programas vinculados à Agenda 2030 encontra-se no Anexo 4.

3.4.1. Municípios que não desenvolvem ações da Agenda 2030

Dos 31 municípios que responderam à pesquisa, sete não desenvolvem atividades ligadas à Agenda 2030 e cinco não souberam responder, mas ainda assim alguns trataram as demais perguntas como se o município não tivesse ações da Agenda 2030. Entre eles estão quatro dos municípios de pequeno porte que não fazem parte do g100. Os fatores mais citados para justificar a não adoção da agenda foram a falta de recursos e o conhecimento insuficiente dos gestores. Outros fatores citados são a dificuldade de trabalho que envolva diferentes setores/ secretarias, isto é, o trabalho intersetorial, a baixa compreensão do tema por parte dos servidores, baixa visibilidade da agenda para a população, falta ou insuficiência de lideranças e a baixa prioridade desta agenda. Também foi citada em “outros” a fragilidade das metas dos ODS em serem monitoradas.

Figura 5: Razões para não adoção da Agenda 2030 n=12



Fonte: Pesquisa FNP-Fiocruz

Fatores que facilitariam a adoção da agenda por esses municípios foram: ações de capacitação para gestores e servidores, parcerias com outros órgãos do governo federal ou estadual, participar de redes de prefeituras que estão implementando a Agenda 2030 e novos recursos financeiros. Outros pontos citados foram parcerias com organismos internacionais e maior interesse do prefeito. Pressão da câmara de vereadores e da sociedade civil tiveram apenas duas respostas cada. Entre a opção “outros” surgiu a melhoria dos instrumentos de ODS, que seriam mal formulados.

3.5. Barreiras e facilitadores da implementação da Agenda 2030

Entre os oito municípios governados por mulheres, apenas um não está implementando a Agenda 2030. Interessante notar que existe uma sub-representação das mulheres na política e que apenas 12,1% dos municípios do país são governados por mulheres (Braga et al, 2021), mas elas representam 25,8% das governantes dos municípios que responderam à pesquisa. Nas sete prefeituras governadas por prefeitas, todas desenvolvem ações relacionadas à saúde (ODS 3), seis das prefeituras desenvolvem ações na área de educação (ODS 4) e cinco em igualdade de gênero (ODS 5). Apenas um município governado por homens citou o ODS 5. Esse achado está em sintonia com o trabalho de Brollo e Troiano (2012), que identificou que cidades com prefeitas têm melhores resultados de saúde (consultas de pré-natal e porcentagem de nascimentos prematuros).

Dada a grande diversidade de partidos políticos, não foi possível tirar nenhuma conclusão a respeito. Esperar-se-ia que os municípios de partidos mais à esquerda do espectro político estivessem adotando a Agenda 2030 com mais frequência, mas apenas cinco municípios são governados pela esquerda (PSB, PDT, PT e PC do B) e apenas três estão implementando ações relacionadas à agenda. A posição no ranking do g100 não resultou em diferenças quanto à adoção da agenda, isto é, havia municípios implementando ou não implementado a Agenda tanto entre os municípios mais vulneráveis quanto entre os menos pobres.

A totalidade dos respondentes (15) concorda que o interesse de prefeitos/prefeitas é um dos fatores chaves para adoção da Agenda 2030 no município, 73,3% reafirmam ainda a relevância desse interesse político indicando que os secretários e secretárias municipais também são atores chave no processo. 26,6% referem-se à possibilidade de alavancar recursos externos para o município e/ou concorrer a prêmios como um dos motivadores, seguindo de 20% que acreditam que ações externas impulsionadas pelos governos federal, estaduais e instituições internacionais também tiveram influência no processo local de adesão à Agenda (Figura 6) Aqui, fica claro que o interesse político e o acesso a maiores recursos financeiros são fatores de relevância para a adoção da Agenda no nível local.

Figura 6: Facilitadores da adoção da Agenda 2030 n=15



Fonte: Pesquisa FNP-Fiocruz

No entanto, apesar da baixa referência do papel dos agentes externos no processo como incentivadores, não se pode afirmar que estes tenham relevância diminuída, podendo ser o resultado também reflexo das poucas ações existentes a nível estadual e federal para a localização da Agenda 2030. Essa hipótese é corroborada quando 84,6% dos respondentes referem-se a parcerias com órgãos do governo federal e estadual como incentivador para a futura adoção da Agenda 2030 no município.

Além da capacitação e parceria com órgão federais e estaduais aparecem também como incentivadores futuros a participação em redes de prefeituras (76,9%), novos recursos financeiros (69,2%) e parcerias com organismos internacionais (61,5%). Maior interesse dos prefeitos/as, aumento do número de servidores, participação da sociedade civil e da câmara de vereadores também são mencionados em uma frequência menor.

Para os municípios que implementam ações relacionadas aos ODS, as principais dificuldades encontradas são a baixa visibilidade da agenda para a população (53,3%); conhecimento insuficiente por parte dos gestores (46,7%), compreensão do tema pelos servidores (46,7%) e dificuldade do trabalho intersetoriais envolvendo diversos setores do município (40%).

Observa-se que as principais barreiras se repetem entre os grupos de municípios que têm ações dos ODS e aqueles que não tem, com pequenas variações na relevância do fator. A única barreira que chama atenção aqui é a falta de recursos financeiros que aparece entre os municípios que não tem ações, indicando provavelmente que aqueles que desenvolvem ações conseguiram assegurar recursos para tal, mas as barreiras de adesão de gestores, servidores e da sociedade permanecem as mesmas. Os resultados indicam que há uma necessidade de investimento na conscientização e mobilização dos servidores, gestores e sociedade civil de todos os municípios, bem como uma demanda voltada aos desenvolvimentos de políticas públicas intersetoriais.

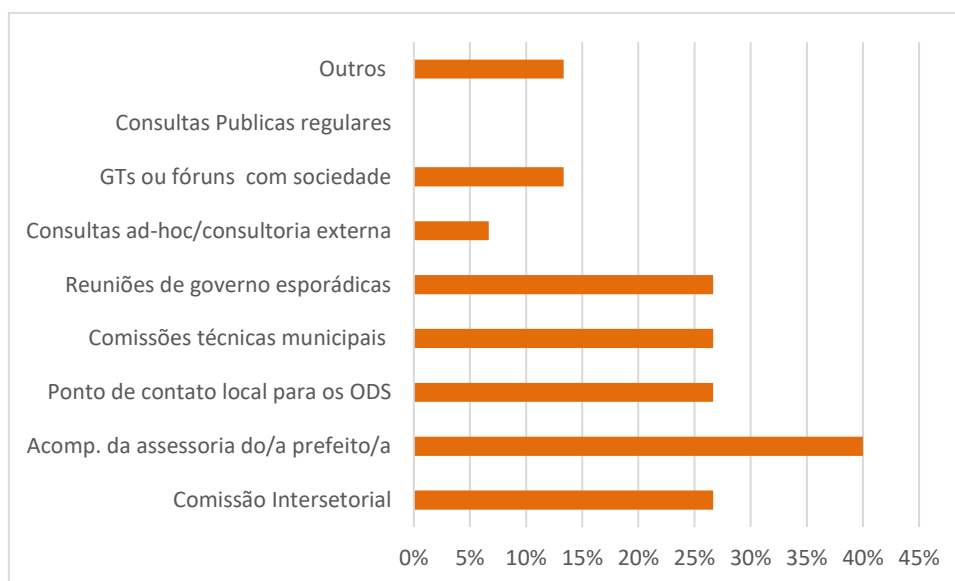
4. Governança da Agenda 2030

Outro tema explorado nesta investigação foi a governança dos municípios para a implementação da Agenda. Os processos de governo de cada município podem se apresentar enquanto potencialidades para que os ODS sejam inseridos na agenda política e implementados, a fim de alcançar importantes melhorias na qualidade de vida da população.

De acordo com Young (2017), o mecanismo de governança por trás da Agenda 2030, é, em um primeiro momento, o estabelecimento de metas, ou *goal setting*. Já presente, mesmo que de maneira tímida, nos ODM, esse mecanismo ganha robustez dentro do marco dos ODS. Nos municípios, outros mecanismos devem ser explorados.

Os resultados desta investigação nos permitiram identificar que há diversidade quanto aos mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS nos municípios analisados, especialmente ao que se refere ao acompanhamento direto da assessoria do/a prefeito/a, citado por 40% dos representantes dos municípios (Figura 7). A cooperação entre diversos atores, em prol do alcance dos objetivos, é uma importante faceta da governança que se apresenta como potente fortaleza para implementação da Agenda.

Figura 7: Mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS nos municípios.



Fonte: Pesquisa Fiocruz-FNP

Apesar dos diversos atores envolvidos na implementação da Agenda, o apoio técnico externo ainda não é utilizado pela maioria dos municípios analisados (53,3%). Sabe-se que, não raramente, os municípios apresentam fragilidades na educação permanente em saúde, tanto para profissionais da assistência quanto para aqueles envolvidos com

a gestão. Bispo Júnior e Moreira (2017), encontraram durante uma pesquisa na Atenção Básica de seis municípios integrantes do Núcleo Regional de Saúde da Região Sudoeste da Bahia, que as ações de educação permanente eram insuficientes e inadequadas, com oferta de treinamentos esporádicos desenvolvidos por meio de metodologia tradicional de ensino. Assim, além de maiores investimentos na educação permanente, a incorporação de apoio técnico externo, especialmente para profissionais da gestão, pode ser uma alternativa interessante para garantir um monitoramento mais assertivo dos ODS.

Dentre os municípios que utilizam apoio técnico externo, foram citados, especialmente, o apoio de organização não governamental (87.5%), consultoria contratada pela prefeitura (25.0%) e órgão do governo estadual (12.5%).

Quando questionados sobre a realização de monitoramento das ações relacionadas à Agenda 2030, os representantes dos municípios, em sua maioria, relataram que este acontece (53,3%). Porém, 40% alegaram que o monitoramento não acontece e 6,7% não souberam responder. Tal resultado é preocupante, pois, mesmo que o município apresente um planejamento adequado, essencial para orientar avanços na superação do problema, para a implementação dos ODS isto não é suficiente. É preciso que o monitoramento e avaliação das intervenções propostas façam parte da agenda dos gestores que, nesse movimento, devem se esforçar para incluir diferentes perspectivas.

Dentre os municípios que realizam o monitoramento, a maioria (33,3%), realiza mensalmente, seguido de anualmente e semestralmente, ambos relatados por 22,2% dos municípios. Porém, a maior parte dos municípios (73,3%) não apresenta documento que descreva ou analise a situação do município em relação aos ODS. Dentre aqueles que apresentaram documento de registro (26,7%), o relato da maioria dos municípios (40%) indica que este aconteceu apenas recentemente, em 2021. Essas são fragilidades para implementação dos ODS. Na maior parte dos municípios, quando realizado, o documento é produzido por técnicos da própria prefeitura (80%), seguido de organização não governamental (20%).

O financiamento de intervenções municipais é uma constante preocupação dos gestores. Nesta pesquisa, 80% dos municípios não contam com financiamento

específico para ações voltadas para a Agenda 2030. Quando há financiamento específico este é proveniente, apenas, do próprio município.

5 . Considerações e recomendações

Os achados desta investigação apresentam importantes direcionamentos que podem apoiar o processo de interiorização dos ODS no país e em especial ancorar as ações do g100, articuladas com o monitoramento do PPA.

Uma das limitações à análise dos dados aqui apresentados é que o questionário aplicado teve uma baixa adesão entre os municípios do g100. Isso merece atenção na perspectiva de impacto da implementação das próximas ações voltadas à Agenda 2030 com este grupo de municípios. A baixa adesão pode ser entendida como multifatorial: questionário autoaplicável online; dificuldade de mobilização dos municípios para responder o questionário; o período de aplicação do questionário (fim/começo do ano); dificuldade que alguns servidores ou gestores intermediários encontraram em responder um questionário que abarcava ações referentes a várias secretarias.

Assim, é recomendado que as ações de sensibilização para a relevância da Agenda 2030 e sua capacidade de tornar-se uma ferramenta de gestão das políticas públicas seja um dos investimentos iniciais da Frente Nacional Prefeitos. Além disso, destaca-se a importância de se estabelecer em cada município interlocutores/referências técnicas locais da Agenda 2030, que tenham o papel de mobilizar, centralizador e distribuir informações e de agir como interlocutores do tema com a FNP, já que, quando contatados, alguns municípios se recusaram a responder o instrumento por não conseguirem identificar quem poderia atender à demanda.

Considerando os resultados da pesquisa e os facilitadores e barreiras apresentados pelos municípios respondentes, a sensibilização deve conter etapas que envolvam prefeitos e secretários municipais, seguida de uma disseminação entre demais gestores e servidores locais. Estratégias de comunicação da Agenda 2030 para a população em geral também são de particular relevância, uma vez que o apoio desta a visibilidade das

ações foi apontada na pesquisa como um facilitador quando existente e uma barreira quando ausente. Aqui, destaca-se a necessidade de uma boa estratégia de comunicação para que a relação entre as políticas públicas desenvolvidas e seu monitoramento estejam integrados com o avanço de um desenvolvimento sustentável.

Essas ações integram a primeira etapa do *Roadmap* da UN-Habitat (2016), nomeada Sensibilização (*raising awareness*), para promover que os ODS sejam conhecidos por todos os atores interessados e envolvidos no nível subnacional. O *roadmap* tem como intuito apresentar uma estrutura para os países e governos locais de como adotar a Agenda 2030. A segunda etapa do *roadmap* está alinhada com as ações promovidas pela FNP para ofertar ferramentas aos municípios na implementação e monitoramento dos ODS considerando as especificidades locais.

Observa-se que mesmo quando os respondentes destacam projetos municipais referentes à Agenda 2030, e demonstram-se como atores engajados no processo, há uma necessidade de capacitação para o uso da Agenda 2030 enquanto instrumentos de planejamento. Essa capacitação deve conter conceitos práticos de aplicabilidade para a realidade dos municípios, e permitir que a adoção do monitoramento da Agenda 2030 seja integrado com as ações de monitoramento do PPA. Os municípios que não possuem sistemas estruturados de monitoramento do PPA precisarão de apoios específicos para tal desenvolvimento, considerando que as ferramentas podem ser desenvolvidas já integradas com os princípios, objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030.

Há necessidade de financiamento específico para o alcance de metas da Agenda 2030, e quando este existe, as ações são potencializadas. O financiamento do próprio município é uma alternativa para alguns locais, no entanto limitada, sendo importante contar com a captação de recursos externos para acelerar tanto o desenvolvimento de ações para o alcance das metas quanto o seu monitoramento. Nesse sentido, a FNP poderia atuar como um hub de captação de recursos e apoio à execução destes entre os municípios do g100, promovendo assim maior robustez para os projetos e possibilidade de sustentabilidade destes.

Destaca-se que a dificuldade de implementar e monitorar políticas públicas intersetoriais é, ainda, um desafio a ser superado na gestão pública brasileira, no entanto, observa-se que a Agenda 2030, pelas suas características de indissociabilidade

entre os objetivos, pode ser um catalisador das ações. De toda forma, a grande diversidade de objetivos e dificuldade de gestão da informação para estabelecer metas locais pode acabar se tornando um impeditivo. Por isso, recomenda-se que os municípios selecionem metas e indicadores prioritários, de acordo com suas características e necessidade da população. Desta forma, estarão avançando com foco e direcionamento dos recursos, capacitação, e nas etapas implementação e monitoramento.

O quadro resume algumas das fortalezas e fragilidades identificadas nesta pesquisa e quer devem ser consideradas para a ação da FNP no apoio ao g100

Quadro 6: Fortalezas e Fragilidades na implementação da Agenda 2030 pelos municípios pesquisados

Fortalezas	Fragilidades
<i>Planejamento e Gestão</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de financiamento específico (interno ou externo) • Priorização da Agenda 2030 no planejamento municipal • Identificação de liderança 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de financiamento • Estruturas para acompanhamento de indicadores ainda pouco estruturadas
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Conhecimento da Agenda 2030</i> 	
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de Gestores e Servidores 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de capacitação
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Inserção da Agenda nos Municípios</i> 	
<ul style="list-style-type: none"> • Interesse/engajamento do prefeito/prefeita • Visibilidade para a sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade do trabalho intersetorial
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Governança da Agenda</i> 	
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de mecanismos de governança, com participação da sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco apoio técnico externo • Baixo nível de monitoramento • Poucos municípios sistematizando a experiência • Baixa captação de recursos externos para a implementação de agenda

O ODS 3, relacionado à saúde foi identificado na pesquisa como o ODS que conta com ações no maior número de municípios. O GPSPS trabalha com um conjunto de 59 indicadores relacionados à saúde que estão distribuídos entre 37 metas e 8 objetivos. Estes indicadores são corroborados por agências de monitoramento internacional e com correspondência conceitual e de dados no Brasil. Podem, assim, de acordo com a capacidade de coleta e disponibilização de dados de cada município, serem analisados em nível local com potencial comparabilidade entre municípios, estado, país e internacionalmente. Os temas abordados por estes indicadores relacionados à saúde encontram-se distribuídos por outras áreas dos ODSs, como pobreza, fome e desnutrição, capacidade do sistema de saúde, saúde materna e infantil, doenças infecciosas e crônicas, saneamento básico, violência e meio ambiente.

Os indicadores relacionados a saúde têm ainda a vantagem de estarem fortemente relacionados com a tradição estatística do país, assim, tendo dados coletados nacionalmente, o que aumenta seu poder de comparabilidade. O monitoramento integrado ao PPA poderá também promover a implementação das ações vinculadas a planejamento e orçamento municipal de acordo com suas prioridades. A análise da situação atual dos municípios por meio desses indicadores contribuirá para identificar os grupos que estão ficando para trás. E a projeção de alcance das metas contribuirá com a definição o caminho de prioridade do planejamento para atingir tais populações. Dessa forma, recomenda-se que a implementação da Agenda 2030 nos municípios que ainda não desenvolvem ações ou as desenvolvem sem articulação com um processo de monitoramento, tomem os indicadores relacionados à saúde como ponto de partida, podendo expandir o desenvolvimento e monitoramento gradativamente, de acordo com a capacidade incorporada de cada município.

Um dos princípios da Agenda 2030 é “não deixar ninguém para trás” o que, segundo o guia operacional da UNSDG (2019) engloba populações que são muitas vezes economicamente, socialmente, espacialmente e/ou politicamente excluídas. Em tempos de recuperação da pandemia será essencial que os grupos mais vulneráveis não sejam deixados para trás nas ações de saúde e proteção social, permitindo assim que não sejam alijados dos avanços do desenvolvimento sustentável. A recomendação da

área de saúde como ponto de partida ganha ainda mais relevância frente ao contexto de pandemia, dos processos de degradação ambiental e de mudanças climáticas, que tendem a ampliar os problemas sociais, principalmente dos grupos mais vulneráveis. A análise dos indicadores com recortes de raça, gênero, localidade, escolaridade, status socioeconômicos e outros é uma ferramenta chave para entender quais grupos direcionar as ações para que tenham acesso equitativo. É importante que essa desagregação de dados seja feita desde o início do processo de monitoramento de indicadores.

Em termos de políticas públicas, seria interessante que a FNP continuasse a fomentar a atuação do g100 como grupo de interesse, pressão e ação coletiva. Nesse sentido seria importante que demandas comuns ao grupo, relacionados à aportes discricionários de recursos dos governos federal, estadual ou mesmo de fontes internacionais, respaldassem ou priorizassem uma agenda de desenvolvimento sustentável e os ODS.

7. Referências

BISPO JÚNIOR J.P., MOREIRA D.C. Cuidado colaborativo entre os Núcleos de Apoio à Saúde da Família e as equipes apoiadas. *Physis* (Rio J.) 2018; 28:e280310. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108116>

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; DALCIN, Cinthia Carvalho; BONI, Mariana Caires. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 11, n. 26, p. 198-226, 2021.

BRASIL (2017) Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: / Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Presidência da República, 2017.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.

CHASEK, P. S.; LYNN M. W.; FAYE LEONE, A. L.; NATHALIE, R. Getting to 2030: Negotiating the Post-2015 Sustainable Development Agenda. **Review of European, Comparative & International Environmental Law**. v.25, n. 1, p. 5–14. 2016.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. (2017). Plano de Ação 2017 – 2019, <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019/view>. 2018a.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. (2018). Relatório de Atividades 2017- 2018, <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatorio-cnods-2017-18>. 2018b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020, https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf 2017

FNP. NOTA TÉCNICA – 03/12/20 g100 – um grupo formado pelas fragilidades do sistema federativo do Brasil disponível [em NOTA TÉCNICA – 03/12/20 g100 – um grupo formado pelas fragilidades do sistema federativo do Brasil](#). 2020.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciênc. Saúde coletiva**. v. 19, n. 11, p. 4383-4396. 2014.

GALVÃO. G. D. A AGENDA 2030 E A PARTICIPAÇÃO DE GOVERNOS SUBNACIONAIS: ESTUDO DE CASO DO ESTADO DO PIAUÍ. Tese [Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, para a obtenção do título de Doutora em Direito]. 2021. Disponível em:

<https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/6682/1/Debora%20Gomes%20Galvao.pdf>.

LE BLANC, D. Towards Integration at Last? The Sustainable Development Goals as a Network of Targets. **Sustainable Development**. v. 23, p. 176–187. 2015.

MOURA, J. M. et al. Diagnóstico da adesão aos ODS no Brasil: uma análise da incorporação da Agenda 2030 nos governos estaduais e em suas capitais. **XXV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 24 - 27 nov. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Sustainable Development Goals: Sustainable Development Knowledge Platform**. Acessado 27 de novembro de 2019. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>.2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b.

HABITAT, UN. . Roadmap for localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at subnational level. *Global Taskforce of Local and Regional Governments*. UN. Disponível em [HABITAT, U. \(2016\). Roadmap for localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at subnational level. Global Taskforce of Local and Regional Governments. UN. 2016.](#)

RODRIGUES, J. M. *Análise da qualidade da informação, potencialidades e limitações do indicador de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis e sua utilização nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Dissertação apresentada ao Programa de Informação e Comunicação em Saúde (Icict) para obtenção do grau de Mestre em Ciência (Ppgics). Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

YOUNG, O. R. Conceptualization: Goal Setting as a Strategy for Earth System Governance. In: KANIE, N.; BIERMANN, F. **Governing through goals**. Cambridge: MIT Press, 2017. p. 31-51. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262035620.003.0002>.

Anexos

Anexo 1 - Lista de municípios integrantes do g100

UF	MUNICÍPIOS
PA	ABAETETUBA
PE	ABREU E LIMA
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA
GO	FORMOSA
PE	ARARIPINA
MA	BACABAL
MA	BARRA DO CORDA
PB	BAYEUX
GO	LUZIÂNIA
RJ	BELFORD ROXO
PA	BRAGANÇA
PA	BREVES
MT	CÁCERES
PE	CAMARAGIBE
PA	CAMETÁ
SP	CARAPICUÍBA
MG	CARATINGA
ES	CARIACICA
PE	CARPINA
PE	CARUARU
PA	CASTANHAL
CE	CAUCAIA
GO	TRINDADE
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS
MA	CODÓ
PR	COLOMBO
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE
MA	CAXIAS
CE	CRATO
AC	CRUZEIRO DO SUL
BA	FEIRA DE SANTANA
MA	CHAPADINHA
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
SP	FRANCISCO MORATO

MG	CORONEL FABRICIANO
PE	GRAVATÁ
BA	GUANAMBI
MG	IBIRITÉ
MG	MONTES CLAROS
CE	IGUATU
BA	ILHÉUS
SE	ITABAIANA
AM	ITACOATIARA
CE	ITAPIPOCA
SP	ITAQUAQUECETUBA
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES
BA	JACOBINA
RJ	JAPERI
BA	JEQUIÉ
RO	JI-PARANÁ
CE	JUAZEIRO DO NORTE
SE	LAGARTO
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES
RN	MACAÍBA
AP	MACAPÁ
RJ	MAGÉ
AM	MANACAPURU
CE	MARANGUAPE
PA	MARITUBA
MG	SABARÁ
PA	MOJU
PA	ANANINDEUA
RJ	NILÓPOLIS
PA	BELÉM
PB	PATOS
GO	NOVO GAMA
PE	GARANHUNS
CE	PACATUBA
MA	PAÇO DO LUMIAR
AM	PARINTINS
PI	PARNAÍBA
PE	IGARASSU
PE	OLINDA
PE	PAULISTA
PE	PETROLINA
MA	PINHEIRO
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
GO	PLANALTINA
RJ	QUEIMADOS

CE	QUIXADÁ
PA	REDENÇÃO
PR	PIRAQUARA
PR	SARANDI
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
MA	SANTA INÊS
MG	SANTA LUZIA
PB	SANTA RITA
AP	SANTANA
PA	SANTARÉM
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS
RJ	MESQUITA
PA	SÃO FÉLIX DO XINGU
RJ	SÃO GONÇALO
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI
RJ	NOVA IGUAÇU
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA
RN	PARNAMIRIM
PE	SERRA TALHADA
BA	SERRINHA
PA	TAILÂNDIA
MA	TIMON
RS	ALVORADA
RS	URUGUAIANA
BA	VALENÇA
RS	VIAMÃO
MT	VÁRZEA GRANDE
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO
SE	SÃO CRISTÓVÃO
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS

Anexo 2 - E-mail convite para o questionário

Este questionário é parte do projeto de pesquisa “Fortalecimento da rede ‘Estratégia ODS’- CSO- LA 2018/400-990” desenvolvida pela Frente Nacional de Prefeitos e a FIOCRUZ para apoio aos municípios integrantes do g100.

O questionário tem como objetivo compreender a integração da gestão municipal com a Agenda 2030, suas estratégias de governança e suas potencialidades. Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", como um plano de ação coletiva respaldado no princípio de ‘não deixar ninguém para trás’ e no equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A ambição dessa nova agenda global é anunciada pelos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem ser tratados de forma integrada e indivisível, reconhecendo suas interdependências para a busca de soluções articuladas (United Nations, 2015).

O Brasil é um dos signatários da Agenda 2030 e desde 2017 promove ações para o monitoramento dos objetivos no país. Informações referentes ao monitoramento oficial da Agenda 2030 no Brasil, bem como seus objetivos e metas podem ser encontradas no site ODS Brasil (<https://odsbrasil.gov.br/>). A ONU recomenda que os países membros façam esforços para apoiar a adoção da Agenda 2030 nos níveis subnacionais, sendo esses um dos grandes desafios da agenda, considerando sua complexidade. No entanto, a municipalização da Agenda 2030 e incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é uma das estratégias mais potentes para que o país atinja suas metas.

Assim contamos com a sua colaboração para responder ao questionário que pode ser acessado no link abaixo. O tempo de resposta do questionário é previsto para 15 minutos, e solicitamos retorno de resposta até o 10 de dezembro de 2021

Municípios do g100 e a Agenda 2030

1.

Este questionário é parte da pesquisa "Fortalecimento da rede 'Estratégia ODS'- CSO- LA 2018/400-990" desenvolvido pela Frente Nacional de Prefeitos em parceria com a FIOCRUZ Minas para apoio aos municípios integrantes do g100.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a integração da gestão municipal com a Agenda 2030, suas estratégias de governança e suas potencialidades. A primeira atividade realizada foi um Webinar sobre a Agenda 2030 destinado aos prefeitos e profissionais da gestão dos municípios integrantes do g100 em 10 de novembro de 2021.

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", como um plano de ação coletiva respaldado no princípio de 'não deixar ninguém para trás' e no equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. A ambição dessa nova agenda global é anunciada pelos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem ser tratados de forma integrada e indivisível, reconhecendo suas interdependências para a busca de soluções articuladas.

O Brasil é um dos signatários da Agenda 2030 e desde 2017 promove ações para o monitoramento dos objetivos no país. Informações referentes ao monitoramento oficial da Agenda 2030 no Brasil, bem como seus objetivos e metas podem ser encontradas no site ODS Brasil (<https://odsbrasil.gov.br/>).

A municipalização da Agenda 2030 e incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é uma das estratégias mais potentes para que o país atinja suas metas.

Contamos com a sua colaboração para responder ao questionário. O tempo de resposta é de aproximadamente 15 minutos. Solicitamos seu retorno até o 10 de janeiro de 2022.

Muito obrigado!

* 1. Nome

* 2. E-mail para contato

* 3. Telefone para contato (XX) XXXXX-XXXX

* 4. Estado

* 5. Município (Se seu município não faz parte do g100, marque Outro)

* 6. O seu município pode ser caracterizado como

- Capital
- Região Metropolitana
- Polo regional de médio porte
- Médio porte- interior
- Outro. Qual ?

* 7. Qual sua secretaria ou órgão? Por favor, escreva por extenso, sem a utilização de siglas

* 8. Qual o seu cargo?

Municípios do g100 e a Agenda 2030

2.

* 9. Como é elaborado o Plano Plurianual (PPA) do seu município?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Pela área de planejamento/administração
- Pelo gabinete do/da prefeito/prefeita
- Pela área de planejamento ou gabinete do/da prefeito/prefeita com participação das secretarias
- Pela área de planejamento ou gabinete do/da prefeito/prefeita com participação das secretarias com participação da sociedade civil
- Elaborado por ou com consultoria contratada
- Outro (especifique)

* 10. As ações do PPA são monitoradas?

- Sim
- Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

3.

11. Qual a estrutura responsável por esse monitoramento?

Secretaria de Planejamento/Administração

Gabinete do/da prefeito/prefeita

Outra. Qual?

12. Com que frequência é realizado este monitoramento?

anual

semestral

trimestral

bimestral

mensal

Outra. Qual?

* 13. O PPA ou o monitoramento das ações são acompanhados por meio de algum sistema informatizado?

Sim

Não

* 14. Existem outros instrumentos de planejamento além do PPA? Quais?

Municípios do g100 e a Agenda 2030

4.

* 15. Como você descreveria o seu conhecimento sobre a Agenda 2030?

- Muito bom
- Bom
- Suficiente
- Não tem conhecimento

* 16. Antes desse projeto, você havia participado de alguma discussão, capacitação ou curso sobre a Agenda 2030

- Sim
- Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

5.

17. Quem ofertou?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- O próprio município
- Órgão do governo estadual
- Órgão do governo federal
- Organismos internacional
- Organização não governamental
- Não sei
- Outro. Qual?

* 18. Servidores do município já participaram de alguma discussão, capacitação ou curso sobre a Agenda 2030?

- Sim
- Não
- Não sei

Municípios do g100 e a Agenda 2030

6.

19. Quem ofertou?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- O próprio município
- Órgão do governo estadual
- Órgão do governo federal
- Organismo Internacional
- Organização não governamental
- Não sei
- Outro. Qual?

* 20. O quanto você considera que os profissionais que atuam na gestão do seu município estão familiarizados com os ODS?

- A maioria dos profissionais está ciente e faz referência aos ODS, mas isso não está no topo de nossas prioridades de trabalho
- Os ODS são bem conhecidos pelos profissionais e usados como uma importante referência em nossas estratégias
- Muitos profissionais ouviram sobre os ODS, mas não estão cientes de sua relevância
- Não sei responder

Municípios do g100 e a Agenda 2030

7.

* 21. O seu município tem alguma iniciativa voltada para a Agenda 2030

- Sim
- Não
- Não sei

Municípios do g100 e a Agenda 2030

8.

* 22. Para quais objetivos? Marque quais se aplicam ao seu município.

- ODS 1- Erradicação da Pobreza
- ODS 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 3- Saúde de Bem-Estar
- ODS 4- Educação de Qualidade
- ODS 5- Igualdade de Gênero
- ODS 6- Água Potável e Saneamento
- ODS 7- Energia Limpa e Acessível
- ODS 8- Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 10- Redução de Desigualdades
- ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12- Consumo e Produção Responsáveis
- ODS 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima
- ODS 14- Vida na Água
- ODS 15- Vida Terrestre
- ODS 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação

* 23. Você pode explicar, resumidamente, quais são as ações ou projetos voltados para a agenda 2030?

24. Quais os fatores que contribuíram para a adoção da agenda 2030?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Interesse do/da prefeito/prefeita
- Trabalho realizado por atores de fora do município (governo federal, estadual, organismos internacionais)
- Interesse de secretários/secretárias
- Pressão por parte da sociedade civil
- Interesse da câmara de vereadores
- Possibilidade de alavancar recursos externos
- Possibilidade participar em premiações
- Outros. Quais

25. Você participa de alguma forma das ações relacionadas à agenda 2030 no seu município?

- Sim
- Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

9.

* 26. Qual o seu papel?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Coordenação
- Participa das ações de gestão
- Participa das ações de monitoramento
- Outros. Quais?

* 27. Quais são as principais dificuldades encontradas na implementação dos programas relacionados à Agenda 2030. Quais são as principais dificuldades encontradas na implementação dos programas relacionados à Agenda 2030. Marque quais alternativas se aplicam ao seu município.

- Poucos Recursos Financeiros
- Conhecimento insuficiente por parte de gestores
- Dificuldade de trabalho que envolva diferentes setores/secretarias
- Baixa compreensão do tema por parte de servidores
- Baixa prioridade desta agenda
- Falta ou insuficiência de lideranças
- Baixa visibilidade da agenda para a população
- Dificuldade de monitoramento
- Outros. Quais?

Municípios do g100 e a Agenda 2030

10.

28. O que você acha que justifica seu município não estar implementando ações ou programas relacionadas à Agenda 2030?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Poucos Recursos Financeiros
- Conhecimento insuficiente por parte de gestores
- Dificuldade de trabalho que envolva diferentes setores/secretarias
- Baixa compreensão do tema por parte de servidores
- Baixa prioridade desta agenda
- Falta ou insuficiência de lideranças
- Baixa visibilidade da agenda para a população
- Não sei
- Outros. Quais?

29. O que vc acha que poderia ser feito para que seu município venha a adotar a Agenda 2030 no futuro?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Novos recursos financeiros
- Ações de capacitação para gestores e servidores
- Parcerias com órgãos do governo federal ou estadual
- Parcerias com organismos internacionais
- Participar de redes de prefeituras que estão implementando a Agenda 2030
- Aumento do número de servidores
- Maior interesse do/da prefeito/prefeita
- Pressão da sociedade civil
- Pressão da Câmara de Vereadores
- Não sei
- Outros. Quais?

Municípios do g100 e a Agenda 2030

11.

* 30. As ações e programas relacionados à Agenda 2030 estão incorporados ao PPA do município?

Sim

Não

* 31. Existe algum apoio técnico externo para implementações de ações relacionadas à Agenda 2030?

Sim

Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

12.

32. Em caso positivo, quem presta este apoio?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Órgão do governo estadual
- Órgão do governo federal
- Organismos internacional
- Organização não governamental
- Empresa
- Universidade
- Consultoria contratata pela prefeitura
- Outro. Qual?

* 33. É realizado monitoramento das ações relacionadas à Agenda 2030?

- Sim
- Não
- Não sei

Municípios do g100 e a Agenda 2030

13.

34. Como é feito esse monitoramento das ações relacionadas à Agenda 2030?

35. Com qual frequência esse monitoramento é realizado ?

- anual
- semestral
- trimestral
- bimestral
- mensal
- Não sei
- Outro. Qual?

36. O município tem algum documento que descreva ou analise a situação do município em relação aos ODS?

- Sim
- Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

14.

37. Quando foi produzido este documento?

38. Este(s) documento(s) foi(ram) produzidos(s) por quem?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Técnicos da própria prefeitura
- Órgão do governo estadual
- Órgão do governo federal
- Organismos internacional
- Organização não governamental
- Empresa
- Universidade
- Consultoria contratada pela prefeitura
- Não sei
- Outro. Qual?

* 39. As ações voltadas para a Agenda 2030 em seu município contam com financiamento específico

- Sim
- Não

Municípios do g100 e a Agenda 2030

15.

40. Se sim, qual a fonte?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Do próprio município
- Do governo estadual
- Do governo federal
- De banco regional ou de desenvolvimento nacional
- De organismo internacional
- De banco de desenvolvimento internacional
- De organização não governamental
- Outro. Qual?

* 41. Existe participação de outros setores na implementação da agenda 2030 no município?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Integração dos ODS em estratégias setoriais, incluindo ODS / estratégias alvo específicas
- Capacitação para membros da sociedade civil
- Ciência, tecnologia e inovação para os ODS - ações como hackatoon, prêmios e concursos
- Editais voltados aos ODS e atingimento de metas
- Parcerias com múltiplas partes interessadas
- Planos de implementação dos ODS conjunto
- Aproveitando as interligações entre os objetivos e metas ODS e interesses de parceiros privados
- Não se aplica
- Não sei informar
- Outros. Quais?

42. Quais os mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS no município?

(Esta pergunta permite mais de uma resposta)

- Comissão Intersetorial
- Acompanhamento direto da assessoria do/a prefeito/a
- Ponto de contato local para os ODS
- Comissões técnicas municipais para diferentes temas
- Reuniões de governo esporádicas
- Consultas ad-hoc/consultoria externa
- Grupo de trabalho ou fóruns multi-partes com diferentes setores da sociedade
- Consultas Públicas regulares
- Não se aplica
- Outros (especifique)

Municípios do g100 e a Agenda 2030

16.

43. Deixe aqui seus comentários ou informações que julgue pertinentes para essa pesquisa

Anexo 4 - Descrição das ações municipais relacionadas à Agenda 2030

Detalhamentos dos programas relacionados à Agenda 2030 nos municípios

O município está promovendo a implantação de hortas comunitárias, realização de feiras e fornecimento de alimentos através do Programa Compra Direta. A Secretaria de Saúde oferta diversos serviços com destaque ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que atua em regiões mais vulneráveis. A Secretaria de Assistência Social oferta todos os Serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, incluindo abrigo institucional municipalizado para crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, e também contrata o serviço para idosos em Instituições de Longa Permanência. As atividades da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer são descentralizadas e priorizam atendimento à população de bairros mais vulneráveis. O município fez adesão ao Pacto Global dos Prefeitos pelo Clima e Energia e reportou as informações na Plataforma CDP (Disclosure Insight Action); monitora redes de saneamento, fiscaliza crimes ambientais e aplica medidas cabíveis quando estes são cometidos. Está realizando estudo par

Polo de Desenvolvimento Econômico; Projeto de Criação da Secretaria Municipal de Política para as mulheres; criação da Ronda Maria da Penha (Guarda Civil Municipal); Projeto de Arborização urbana; Implantação de Coleta Seletiva; Município Empreendedor; Atualização do Plano Diretor; Projeto de acessibilidade e adequação calçadas; Plano de mobilidade urbana;

Nosso município foi contemplado com o valor de 1 bilhão de reais, fruto de uma concessão da Companhia de água e esgoto. O valor representa quase o orçamento anual da cidade. A chegada desse recurso possibilitou que pudéssemos planejar e executar novos importantes investimentos na cidade. Por isso, decidimos investir num planejamento estratégico, estruturado por 34 metas, e cada uma delas vinculada a um ODS. O plano Novos Rumos foi lançado em setembro de 2021, e já está em execução.

O município está implementando o projeto cidade empreendedora em parceria com o Sebrae. Na secretaria de meio ambiente é desenvolvido o projeto implantação da coleta seletiva em parceria com a Funasa. O gabinete do prefeito está elaborando o programa de geração de emprego e renda. Na secretaria do meio ambiente tem o centro de educação ambiental e convivência com o semiárido que realiza várias ações envolvendo o reflorestamento.

Ampliação do abastecimento d'água, Enfrentamento a insegurança alimentar, Parcerias com o governo estadual

Projeto de Sistemas Agroflorestais; Projeto Caruaru em Movimento; Juntos Pela Educação; Programa Ilumina Caruaru; Programa Qualifica Caruaru; Programa Facilita Caruaru; Programa Conecta Oportunidades; Programa Conecta Empreendedor; Projeto Caruaru Moda Mundo; Projeto Via Parque; Programa Juntos Pela Segurança; Equipamento público Centro de Referência da Mulher Maria Bonita

O Currículo Municipal, planejamento para efetivação dos direitos das Aprendizagens, prevê aprendizagens para os compromissos ODS.

#SemeandoCores 🌱 fortalecimento da educação infantil, unidade fluvial que leva ações de saúde preventiva aos ribeirinhos, projeto semeando Cores proporcionou oficinas de Educação Ambiental e Artes para crianças e adolescentes ligados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O aprendizado deles foi compartilhado por meio de intervenções artísticas com mensagens de cuidado e preservação do meio ambiente em muros da cidade.

Rota do conhecimento. Meu primeiro lanchinho.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PLANO MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA; PROGRAMA DE ARBORIZAÇÃO SERRA; PROGRAMA SEMEAR.

As ações da Prefeitura Municipal de Francisco Morato voltadas para a Agenda 2030 tiveram início no Plano de Governo de 2017-2020, e, desde então, o comprometimento com o Desenvolvimento Sustentável se tornou o norte para as tomadas de decisão e criação de políticas municipais, inclusive se estendendo para o Plano de Governo 2021-2025, após a primeira experiência de uma gestão pautada no desenvolvimento sustentável, o compromisso com os ODS continuou. Dentre as ações e projetos com foco na Agenda 2030, estão Oficinas de Localização e Monitoramento dos ODS, onde os servidores públicos e a sociedade civil (Conselhos) participou de uma formação sobre os ODS; criada a Lei Municipal 3.041/2019 - Adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal; os Documentos institucionais foram reformulados de forma a implementar os ODS na gestão e também na identidade visual do Município, inclusive no slogan da cidade "Prefeitura Municipal de Francisco Morato: Desenvolvimento sustentável para você viver melhor."; a criação da Comissão Municipal dos ODS, com o papel de produzir e organizar relatórios e indicadores sobre a agenda 2030; a reformulação de políticas públicas, de forma a exigir que todos os gastos do municípios tenham a obrigação de apontar um ODS para que seja viabilidade o dispêndio do erário; o estabelecimento do PPA Participativo (Lei do Plano Plurianual (planejamento orçamentário de 4 anos) com os ODS, que contou com a participação da população nas duas gestões (2018-2021 e 2021-2025); e Projetos internos de cada secretaria, que vem ao encontro da Agenda 2030.